

Seminário

de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da

Amazônia

SEMINÁRIO DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

ORGANIZAÇÃO

Centro de Estudos Estratégicos
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cel Francisco Elias Henriques Coelho Nascimento - Coordenador Geral
Cel Jacintho Maia Neto - Coordenador Científico
Cel Francisco José da Luz Neto - Revisor
Cel Sérgio Dias da Costa Aita
Cel José Maria da Mota Ferreira
Cel Reinaldo Nonato de Oliveira Lima
Cel Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Cel Eduardo Luiz Oliveira Costa
Cel Eduardo Henrique de Souza Martins Alves
Ten Cel Rony Prudente Cavalcante
Ten Cel Reinaldo Costa de Almeida Rêgo
Ten Cel Carlos Eduardo de Franciscis Ramos
Ten Cel Benedito Eduardo de Campos Júnior
Ten Cel Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti
Cap Rejane Pinto Costa
Ten Maria Fernanda Corrêa de Macedo
Ten Rita de Cássia Santana de Oliveira
1º Sgt Durval Ferreira Monteiro Filho
2º Sgt Cristiano Salles da Silva
2º Sgt Leonardo Santos de Souza

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Alberto Carlos Lourenço Pereira (SAE)
Profª Adriana Aparecida Marques (Docente convidada da ECEME)
Cel Jacintho Maia Neto (ECEME)

WEB DESIGN E GESTÃO DA PÁGINA NA INTERNET

Cel Abner de Oliveira e Silva
Ten Marcelo Monteiro Lins
Ten Anderson Campista Barbosa
Ten Rejane Rodrigues Monteiro

Seminário

de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da

Amazônia



Copyright ©, 2011, ECEME

Projeto Gráfico e Diagramação: Sá Ribeiro Multimedia

1ª Edição em Janeiro de 2011

Impresso no Brasil
2011

Todos os direitos reservados.

Sá Ribeiro Multimedia
Rua Santa Clara, 70/1008
22041-012, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2548-9015
carla@saribeiro.com.br

S471 Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil)
Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da
Amazônia (1.: 2010 : Rio de Janeiro, RJ).

Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da
Amazônia / ECEME, 18 de agosto de 2010. 154 p.; 98 il.;

Evento realizado pela Escola de Comando e Estado -
Maior do Exército.

1. Exército Brasileiro. 2. Defesa 3. Amazônia brasileira
4. Desenvolvimento Sustentável

CDD 328

SUMÁRIO

Apresentação	9
Agradecimentos	13
Palavras Iniciais	17
Abertura	23
Painel 1	33
Prof. Alberto Carlos Lourenço Pereira	35
Prof. Gerd Sparovek	47
Prof. Roberto Smeraldi	71
Painel 2	77
Min Clemente de Lima Baena Soares	79
Del Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes	85
Profª Lia Osório Machado	99
Painel 3	115
Gen Div Sérgio Westphalen Etchegoyen	133
Gen Div Eduardo Dias da Costa Villas Bôas	119
Profª Bertha Koiffmann Becker	147
Encerramento	163
Sobre os Autores	167

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, A GEOGRAFIA DO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS E A BACIA AMAZÔNICA SUL-AMERICANA

PROF^a LIA OSÓRIO MACHADO (UFRJ)

O tráfico ilícito de drogas é um tema bastante complexo e só será possível fazer aqui uma breve discussão a respeito. O foco é a Bacia Amazônica Sul-americana e a produção e tráfico de coca – cocaína, responsável pela formação de um espaço em rede que integra a parte brasileira aos outros países drenados pela Bacia.

De imediato, quero discordar do meu colega da Polícia Federal neste painel quando elogia a aprovação da Lei Complementar n.º. 136/2010 que, entre outras medidas importantes, amplia o papel das Forças Armadas (FA) na repressão do tráfico de ilícitos, principalmente do tráfico de drogas em todo o território nacional. Lamento a aprovação deste item, que atribui com mais ênfase do que as leis anteriores (Lei Complementar n.º. 97/1999; e L.C. n.º. 117/2004) o uso das FA como força policial. Na última década, o Exército em particular tem expandido sua atuação na fronteira internacional do Brasil, em especial na Região Amazônica, apesar de restrições orçamentárias. Afora as iniciativas da década anterior – SIVAM (Aeronáutica) e Programa Calha Norte – o Exército ampliou o número de batalhões de fronteira no Arco Norte (Figura 1); aumentou seu contingente na região de fronteira (Figura 2); realiza serviços de inteligência, tem papel simbólico e efetivo de força de segurança passível de ser mobilizada em situações de tensão ou conflito, tanto locais quanto regionais; e, principalmente, tem prestado serviços sociais à população no terreno. Essa forma de inserção no terreno ameniza o ressentimento das populações fronteiriças em relação a medidas de cima para baixo do governo central em relação à fronteira e à região. Não custa lembrar que a Marinha, e muito menos a Aeronáutica tem condições de realizar essas mesmas funções.

Na contramão dessa tendência estão a Receita Federal e principalmente a Polícia Federal. Se há duas instituições mal vistas pela população na fronteira essas são a Receita e a Polícia Federal. Nenhuma surpresa aí, pois ambas tem por definição funções de controle. O problema é que ambas fazem “operações” de impacto com poucas condições de fazer cumprir as leis do país de forma

consistente, seus agentes são pouco preparados para lidar com a população local, e não há clareza sobre a relação entre repressão e estratégias de controle (Machado 2007a).

Ampliar as atribuições das FA no sentido de interferência direta e contínua em atos de repressão ao tráfico de ilícitos no terreno é confundir as atribuições constitucionais e a hierarquia institucional de cada órgão do governo federal. Outros países têm trilhado esse caminho - caso da ação militar das forças da OTAN contra a produção e tráfico de ópio no Afeganistão e, mais recentemente, a mobilização das FA no México na repressão ao tráfico de cocaína e heroína - com pouco ou nenhum sucesso.

Mesmo no caso do *Plan Colômbia* (1999-2005), fundamentado no total comprometimento das FA em ações repressivas contra a produção e refino da coca (fumigações, bombardeio dos acampamentos das FARC, destruição de laboratórios, Grupos Móveis de Erradicação - GME, etc.), um estudo recente da USAID (2009), responsável pela política de desenvolvimento alternativo no período 2005-2008, confirma a conclusão de especialistas colombianos de que essas ações reduziram o cultivo da papoula (matéria prima da heroína), porém não conseguiram reduzir o cultivo de coca e a produção de cocaína nem estão tendo sucesso na ação civil que se instala após as operações militares de repressão (Vargas 2005; Thoumi 2005; Duncan et al.2005). O fracasso relativo tanto dos objetivos de redução da oferta de drogas como no estímulo ao desenvolvimento alternativo decorre do não reconhecimento da simbiose entre o tráfico de drogas com grupos de poder local e regional assim como do descontrole dos estados nacionais na adoção de “exceções” ao cumprimento do estado de lei (Machado 2007b; Thoumi 2009; Vargas 2010). As perspectivas delineadas pelo novo plano da USAID em conjunto com o governo colombiano para o período 2009-2013 (USAID 2009), com o objetivo de articular segurança e desenvolvimento no âmbito local/regional permanecem com um viés de poder estatal fortemente militarizado (Vargas 2010: 176). As condições do Brasil e da Colômbia são distintas, o modelo não pode ser o mesmo.

Por que as FA, depois de anos de resistência contra esse tipo de política, enfim sucumbiram a uma “razão de estado”, desconhecida não só pela maior parte da população brasileira como por outros setores do governo federal? A resposta, a meu ver, são as mudanças propostas pela Estratégia Nacional de Defesa (END - 2008), elaborada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Sem ser inventivo (reorganização da estrutura de comando da Defesa, modernização dos serviços de inteligência, expansão da indústria bélica no país com transferência de tecnologia similar ao modelo chinês, estímulo à florescente economia internacional da (in) segurança, etc.), a END é certamente pragmática. Abre o caminho para o aumento do orçamento das Forças Armadas e de seu

poder de negociação com outros setores do governo, nacional e estrangeiro, e com firmas multinacionais. As novas medidas prometem sustar a perda de prestígio e a penúria a que estavam sujeitos as FA por quase três décadas.

Esse pacto tem riscos, é óbvio. O maior deles não tem a ver com o tráfico de drogas ilegais e sim com a probabilidade de distanciamento entre as FA e a população no terreno. Repressão é aplicável a situações extremas, não é um substituto para políticas de controle. O conceito de controle distribuído (Lane, Maxfield 1995) me parece o mais sensato nos dias atuais. Segundo essa perspectiva é insuficiente interpretar estratégias (ou geoestratégias) como ações de cima para baixo. Trata-se agora de instruir um processo de compreensão de onde se localiza o controle e como este é exercido em cada lugar no espaço de ação dos agentes, o que só pode ser assegurado no terreno e a partir do conhecimento da vida cotidiana das populações e de seu horizonte de expectativas (socioeconômicas e políticas). Muito similar ao trabalho realizado pelas igrejas de todas as denominações durante séculos e, sem dúvida, pelos traficantes de droga. É assim que reduzem o risco no terreno. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao controle a distancia em tempo real, caso do SIVAM, e das representações macro-regionais das inúmeras políticas de governo. Ambas as formas de controle são necessárias, porém insuficientes. Já está mais do que comprovado que sem apoio ao desenvolvimento social e econômico regional e à aplicação da justiça no terreno não existe segurança democrática no longo prazo.

1. DROGAS ILÍCITAS E LÍCITAS

Não resta dúvida quanto ao fracasso da “guerra às drogas”, termo cunhado pelo presidente dos EUA Richard Nixon em 1973, como corolário da proposta de que se tratava de uma “ameaça a segurança interna” do país, principal mercado consumidor de cocaína na época. Na evolução dessa política consolidou-se a idéia de que a repressão à oferta era a estratégia correta. Dois exemplos recentes do fracasso dessa estratégia, entre os muitos existentes: a) o último Relatório das Nações Unidas sobre Drogas (UNODC 2010) estimou em quase 30 milhões os usuários de droga na América do Norte, seguido pela Europa Central e Ocidental. Apesar do decréscimo do consumo de cocaína nos EUA, o mercado de cocaína na América do Norte foi calculado por baixo em US\$ 37 bilhões, pouco mais de 42% do mercado global dessa droga estimado em US\$88 bilhões (2008); b) recentemente a BBC-Brasil noticiou a apreensão de uma tonelada de cocaína de origem colombiana/boliviana no porto de Gioia

Tauro no sul da Itália em um navio mercante proveniente do porto de Santos; o rendimento da venda no varejo foi calculado em cerca de 250 milhões de euros no mercado europeu (2010).

Outro aspecto a destacar é a questão do consumo de drogas em geral. As drogas orgânicas servem para matar e para salvar vidas, praticamente todas têm uso medicinal. Uma espessa ignorância recobre a complexidade da economia das drogas. A cocaína, por exemplo, não é um narcótico, é um estimulante, ao contrário da heroína, ou seja, o termo genérico “narcotráfico” não se aplica no caso da coca-cocaína. Segundo a UNODC, o consumo e o tráfico de anfetaminas e de metanfetaminas cresceu nos últimos anos no mundo todo, inclusive no Brasil, porém o foco permanece nas drogas orgânicas, principalmente da coca-cocaína.

O mapa da rede de tráficos de drogas ilícitas (2006) (Figura 3), principalmente da cocaína na América do Sul, mostra que as principais áreas produtoras de coca estão localizadas nos países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia), grande parte delas na Bacia Amazônica sul-americana. No caso da Colômbia, devido à política de fumigação nos vales do Putumayo e Caquetá no oriente colombiano, na última década houve uma expansão das áreas produtoras colombianas para o ocidente do país (Nariño, vale do Cauca). O Brasil é um país de trânsito para o mercado internacional, porém nos últimos quinze anos registrou-se a presença de laboratórios de refino da pasta de cocaína em vários lugares do território nacional, desde a fronteira internacional até as cidades (portos, aeroportos) da costa atlântica, em parte devido ao crescimento do consumo de crack. De acordo com a UNODC, estima-se que o número de usuários de cocaína no Brasil é cerca de 600.000, o segundo maior mercado da América do Sul, depois da Argentina.

O mapeamento das redes de tráfico ilícito de drogas (a partir dos registros de apreensão) é um dos motivos que me levou a concluir que a economia da coca - cocaina efetivou a “integração” da Bacia Amazônica sul-americana e promoveu a integração da Bacia aos mercados internacionais, um feito só ultrapassado pela economia da borracha natural no século passado; contribuiu também para a formação de uma rede urbana transnacional na América do Sul (Machado 2000) (Figura 4).

2. A BACIA AMAZÔNICA SUL-AMERICANA É A PRINCIPAL PRODUTORA DE COCA E COCAÍNA

Os gráficos (Figura 5) permitem seguir a evolução da área de cultivo de coca, da produção de folhas de coca e da produção de cocaína nos países andinos desde a década de 1970 até 2009. A comparação entre os três gráficos

indica que a cadeia produtiva da coca inicialmente caracterizada, de um lado, pela divisão de trabalho entre o Peru e a Bolívia como principais produtores de coca, e de outro, a Colômbia, principal produtora de cocaína foi alterada em sua disposição espacial. De fato, um dos efeitos da Guerra às Drogas na América do Sul foi a ‘verticalização’ da cadeia produtiva na Colômbia de modo a evitar as apreensões da matéria prima nas rotas que conectam os três países. Os gráficos mostram também que a despeito do decréscimo da área cultivada no período, de modo geral a produtividade (medida pela produção de folhas de coca) cresceu graças ao uso de tecnologias mais avançadas de plantio e a adaptação das variadas espécies de coca às áreas mais úmidas e quentes dos plainos amazônicos. É visível na evolução da produção de cocaína, o decréscimo na década de 1990, seguido por uma recuperação na década de 2000, principalmente no Peru e na Bolívia.

Um outro efeito foi o que os norte-americanos denominam de “balloon effect”, observado inicialmente na Colômbia: para fugir às fumigações nas grandes áreas de produção a contra-estratégia de produtores e traficantes foi reduzir a área plantada, dispersando-as no território (Figura 6), o que praticamente inviabiliza as campanhas de fumigação, cada vez mais caras e menos eficazes na repressão dos cultivos.

A Guerra às Drogas é uma luta inglória, e é um fracasso diante das expectativas e dos recursos investidos em seu combate, uma conclusão que a maioria dos relatórios das instituições internacionais e nacionais envolvidas nessa “guerra” reluta em aceitar.

De forma sucinta, apresentamos a seguir alguns dos motivos que explicam esse fracasso.

a) Os lucros elevados da economia das drogas ilícitas. No caso das drogas ilegais de origem orgânica, como é o caso da coca, a extensão geográfica da cadeia produtiva tende a aumentar o risco, o que encarece o custo de deslocamento do produto desde as áreas produtoras até os mercados consumidores. Por certo, a dispersão espacial das operações do tráfico é o que torna a geografia um dos elementos essenciais a sua análise. Grande parte dos recursos do tráfico internacional é destinada a reduzir os custos, principalmente os custos de distribuição, onde os riscos são maiores. A diferença de preços ao longo da cadeia de produção e comércio da coca-cocaina mostra que a maior parte dos lucros é realizada no merca de varejo (Figura 7). Mesmo assim, o arsenal de medidas para a redução de custos inclui estocagem, logística, difusão dos riscos, aumento da produção com a introdução de novas técnicas de plantio, organização dos produtores, investimento em estradas endógenas nas áreas de produção, etc. No entanto, ao contrário de outras cadeias produtivas, a vantagem principal da condição de ilícito é o não pagamento de imposto, a liquidez nas vendas de varejo, e o encobrimento das operações (Mares 2009). O não pagamento de impostos significa a perda de controle por parte do Estado

e das instituições em geral. Por outro lado, compartilha com atividades legais lucrativas a possibilidade de através dos mecanismos de lavagem de dinheiro e evasão fiscal em paraísos fiscais e centros financeiros offshore disponibilizarem capitais no mercado de dinheiro (Machado 1996). A despeito dessas vantagens, a economia das drogas ilegais tem uma contribuição modesta ao comércio mundial (Reuter, Greenfield 2001).

b) A capacidade e rapidez de adaptação das redes de tráfico à repressão. Os analistas da economia das drogas ilícitas não param de se surpreender com a rapidez e a capacidade de adaptação do tráfico à repressão. Significa, em primeiro lugar, que as redes de tráfico trabalham com várias redes de informação não só sobre o território em que atuam como sobre as formas de atuação dos órgãos encarregados da repressão. A cada corredor ou rota de tráfico identificado outros aparecem, antigas rotas são retomadas, novas são armadas. Sem dúvida o conhecimento do terreno e o poder de corrupção explicam em parte a formação dessas redes, seja em países ricos, emergentes ou pobres. Porém o uso de redes de circulação multimodais mostra o caráter empreendedor das redes de tráfico, que seguem e aprimoram a logística da economia legal. No caso da Bacia Amazônica e em outras regiões sul-americanas a diversificação de rotas ao longo do tempo tem sido uma característica do sistema montado pelo tráfico internacional (Figura 8 e 9). Uma das estratégias preferidas é utilizar vias de circulação utilizadas por outras iniciativas consideradas ilegais, como contrabando, imigração informal, ou aproveitar-se de territoriais especiais, como áreas protegidas e terras indígenas.

c) Ilegalidade e benefícios colaterais. A análise das drogas ilegais enfatiza os aspectos econômicos, e geralmente atribui seu sucesso nas zonas de cultivo a ausência de políticas de desenvolvimento regional, ao diferencial entre o preço pago pelos traficantes e os preços dos produtos agrícolas obtidos no mercado, a pobreza nas zonas rurais e urbanas, aspectos esses quase sempre atribuídos a “ausência do estado”. Há suficientes indícios empíricos para corroborar essas conclusões. No entanto, há outras questões que merecem ênfase: não são só pobres que estão integrados na economia das drogas ilícitas, nem nas zonas de produção rurais nem nas zonas urbanas. Os negócios ilegais sustentam uma série de serviços legais, desde o transporte por motoqueiros e caminhoneiros, casas de comércio, até escritórios de advocacia, contabilidade, bancos, casas de câmbio e por aí vai (Figura 10). Para uma considerável parte da população, o uso da violência pelas organizações ilegais não é tão diferente da violência institucionalizada a que estão sujeitos com frequência no dia a dia, com o agravante de que tanto o poder institucional como as organizações criminosas empregam formas similares de cooptação (construção de campos de futebol, posto de saúde, construção de caminhos, intervenções urbanas pontuais, etc.). A expectativa de grande parte da população em acessar os bens de consumo individual, básicos e de luxo pode atuar em benefício das atividades ilegais, na medida em que estas permitam recompensa imediata. O caso de La Asunta, ao sul da região de Yungas, mostra a dificuldade em controlar os cultivadores, mesmo quando o governo boliviano é ocupado por um ex-cocalero. Morales está empenhado em organizar em outros moldes o cultivo da coca na região, mas os limites estabelecidos pelo governo para a plantação de coca estão sendo

sistematicamente ultrapassados pelos cultivadores, que não vêm razão para limitar os lucros diante de um mercado de ansiosos compradores. Novas casas de melhor padrão são construídas (empresas de construção) e compram-se carros modernos (concessionárias), seguindo o padrão de consumo da classe média e alta. Tentativas sucessivas de erradicação manual pelo Exército boliviano são frustradas pelas expectativas de ascensão social dos cultivadores (Figura 11). Os lugares de trânsito, exemplificados por algumas localidades amazônicas, mostra que outra é a situação dos não produtores e não-trafficantes (Figura 12).

Dos fatores brevemente resumidos acima é possível deduzir coisas diferentes, desde a mais radical - descriminalizar a produção e o consumo de drogas, até a pragmática - a aceitação de que é “uma guerra” impossível de ganhar, porém susceptível ao controle de seus efeitos econômicos e sociais, sob certas condições: que o abuso do poder instituído seja sustado (desconhecimento e abstração do que se passa no terreno, aplicação de leis e regras de forma discriminatória, ações unidirecionais de cima para baixo, etc.); que o poder institucional não permaneça centralizado em um só nível de governo ou em um só setor de governo; que as estratégias adotadas tendam para o controle distribuído, e que o horizonte de expectativa seja o do longo prazo.

REFERÊNCIAS

Duncan, G. et al. (org.). *Narcotráfico en Colombia. Economía y violencia*. Bogotá: Fundación Seguridad & Democracia, 2005. Disponible en www.seguridadydemocracia.org

Lane, D., R. Maxfield. *Foresight, Complexity and Strategy*. Santa Fe (EUA): Santa Fe Institute. 1995

Machado, L.O. *O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?*. In: Iná Castro et alli. (Org.). *Brasil. Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 15-64, 1996.

Machado, L.O. *Região, cidades e redes ilegais. Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana*. Em M.F.Gonçalves et al. (org.) *Regiões e Cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: UNESP/ANPUR. 2000

Machado, L.O. *Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região amazônica brasileira*. *Cadernos do IPPUR XXI* (1): 9-31. 2007a [2008].

Machado, L.O. *Tráfico de Drogas Ilícitas y Território: el caso de Brasil*. *Seminário Internacional La economía de las drogas ilícitas, criminalidad transnacional, conflictos armados e derechos humanos 2007b*. Barcelona: Colectivo Maloka, Transnational Institute, Fundacio CIDOB, Generalitat de

Cataluña. Publicado em: Colectivo Maloka (ed.). La economía de las drogas ilícitas. Escenarios de conflictos y derechos humanos. Barcelona: Generalitat de Cataluña, p.73-85. [2009].

Mares, D. Institutions, the Illegal Drug Trade and Participant Strategies. *International Interactions* 35: 207-239. 2009.

Monteiro, L.C.R. Políticas Territoriais do Estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais. Dissertação de Mestrado, PPGG, UFRJ. 2009

Reuter, P., V. Greenfield. Measuring Global Drug Markets: How good are the numbers and why should we care about them? *World Economics* 2 (4), 2001.

Thoumi, F. The causes of Illegal Drug Industry Growth in the Andes, Anti-Drug Policies and their effectiveness. Bogotá, 2005. Disponível em www.urosario.edu.co

Thoumi, F. Why the challenge facing Colombia is not to legalize drugs but to legalize Colombia. Em USAID: Assessment of the Implementation of the United States Government's Support for Plan Colombia's illicit crop reduction components. Annex 4, p. 100-143. Washington D.C.: MSI. 2009.

UNODC. World Drug Report 2010. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime. 2010.

USAID. Concept Paper: Strategic Development and Enhanced Livelihoods Initiative. 2009.

Vargas M., R. Narcotráfico, guerra y política antidrogas. Una perspectiva sobre las drogas en el conflicto armado colombiano. Bogotá: Acción Andina/N(O)VIB/Transnational Institute, 2005.

Vargas M., R. Desarrollo Alternativo en Colombia y Participación Social: propuestas hacia un cambio de estrategia. Bogotá: Corca Editores Ltda. 2010.

PALESTRA - A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA , A GEOGRAFIA DO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS E A BACIA AMAZÔNICA SUL-AMERICANA

PROF^a LIA OSÓRIO MACHADO (UFRJ)

**Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da
Amazônia**

**A Geografia do tráfico de drogas ilícitas na Bacia
Amazônia Sul-Americana
O complexo coca - cocaína**

Lia Osorio Machado, UFRJ, CNPq

ECEME, 18 de agosto de 2010

Plano

- **Drogas ilícitas e lícitas**

- **A Bacia Amazônica Sul-Americana é a principal área produtora de coca e cocaína**
 - Implicações econômicas e sociais

- 3. **A repressão às drogas ilícitas se tornou um instrumento da geopolítica nacional e internacional**
 - Dimensão política

- 4. **Observações finais**

Figura 3

Rede de Tráfico de Drogas Ilícitas, 2006



Figura 4



Países Andinos



Figura 5



Países Andinos



Figura 6

Lote de coca no Dept. Amazonas, Colômbia

Figura 7

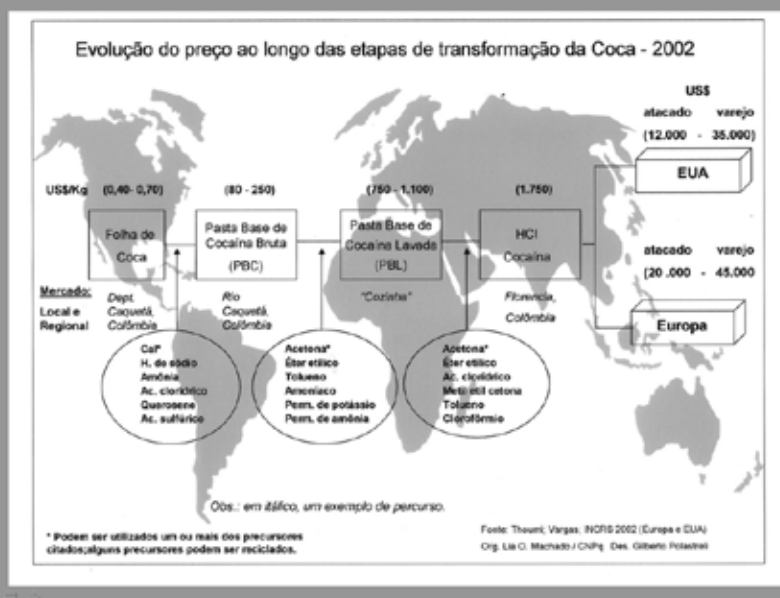
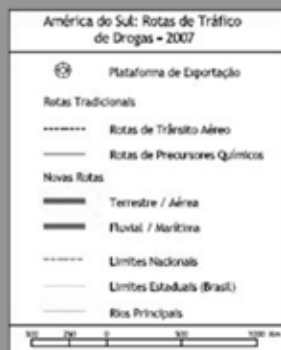


Figura 8



Bacia Amazônica Sul-Americana



2010 Bacia Amazônica e Novas Rotas do Tráfico de Cocaína/Pasta-Base de Cocaína



